Página 13 PT

Nº 76 ABRIL/2009

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Foto: Antônio Cruz/ABr

A classe contra a crise

Manifestações unitárias aconteceram em várias cidades do país

Trabalhadores fazem manifestação em frente à sede do Banco Central, em Brasília, em defesa da manutenção do emprego, por causa da crise econômica mundial

EDITORIAL

A edição de abril do *Página 13* traz como encarte (agora em papel) o texto-base da XI Conferência Nacional da Articulação de Esquerda. Nele, bem como nas resoluções da Conferência anterior, já vínhamos alertando para a crise capitalista que hoje se abate sobre o mundo. Frente a esta crise, espera-se dos governos, partidos e movimentos sociais comprometidos com a esquerda uma postura combativa, tanto para reduzir seus impactos sobre as camadas populares, quanto para construir a partir da crise as condições para mudanças profundas em nossa sociedade.

A esquerda brasileira terá pleno sucesso no enfrentamento da crise, se conseguir impulsionar um amplo movimento político e social que recoloque, em condições adequadas aos tempos modernos, o movimento por reformas de base que tomou conta do país nas vésperas do golpe militar de 1964. Aliás, dedicamos esta edição a todos e todas que lutaram contra a ditadura. E reafirmamos nosso repúdio aos que agora a apresentam como tendo sido "branda", tese que serve para nos lembrar que tratou-se de um golpe e de uma ditadura cívico-militar, tendo contado com apoio de alguns que hoje se apresentam como "democratas".

NESTA EDIÇÃO

ENCARTE

Texto-base da XI Conferência Nacional da AE

Conferência Nacional da Esquerda Socialista do PT

O céu que nos espera

Milton Pomar*

Pode-se esperar o pior da oposição (mídia, do empresariado reacionário e políticos de direita), que joga na esperança da economia voltar ao desastre que produziram, em 2002. Vai ser "guerra total", sob o comando do PSDB. O que é bom para abrir os olhos de petistas que consideram os dois partidos semelhantes e volta e meia advogam aliança entre eles.

Vivemos um momento paradoxal na economia mundial, no qual a crise do capitalismo parece caminhar no sentido de criar uma situação impensável há apenas dez anos, quando ocorreu a crise na Ásia e o governo FHC levou o Brasil à falência: a China ultrapassar os Estados Unidos, e o governo Lula concretizar o salto estrutural que permitirá ao País um novo ciclo de desenvolvimento.

Antes de falar do Brasil, é melhor explicar a situação da China. Os otimistas diziam que ela chegaria à condição de maior economia mundial em 2025. Ela ultrapassou um por um os países mais ricos, pelo critério da paridade cambial, "encostando" no 2º lugar (Japão) em 2008, cujo PIB será negativo em 2009. Mas a China continuará crescendo, talvez 8% esse ano. Menos do que os 13% de 2007, é verdade, mas ainda uma taxa invejável. Liderando o crescimento asiático há quase dez anos, a China é a locomotiva da região que abriga 60% da população mundial. Sua estratégia para enfrentar a crise: investir muito (US$1,2 trilhão), para melhorar a infra de logística e o meio ambiente do país, e a condição de vida da população rural; e no exterior, adquirir participação em empresas, em áreas decisivas: alimentos, logística, minérios, energia...

Estamos distantes da China em investimentos, mas com um ritmo inédito no Brasil, principalmente do governo federal. Ferrovias, portos, refinarias, hidreelétricas, e outras grandes obras de infraestrutura, de logística e de energia, estão sendo construídas em todo o país. Elas atraem outros investimentos, porque são base para a expansão econômica, agregam atividades de todos os setores. E o capital internacional (inclusive chinês) continua vindo para o Brasil, de olho no petróleo e outros minerais de grande valor, nas licitações de obras importantes, turismo, e em setores estratégicos que devem continuar crescendo, como a produção de alimentos, biocombustíveis, energia eólica, biotecnologia.

Mas não é apenas no setor produtivo que as coisas caminham aceleradas no Brasil. O governo Lula já fez mais escolas técnicas federais do que todas as construídas até então. Esse salto ocorre também no ensino universitário federal, interiorizado, gerando milhares de empregos especializados em regiões pobres. E na habitação popular, se for possível concretizar as 1 milhão de casas anunciadas para a população de baixa renda. O impacto positivo dessas ações é imediato: geram desenvolvimento, por dinamizarem a economia local, distribuirem renda e permitem avanços em todas as atividades.

Há lobistas do setor financeiro que falam em crescimento zero do PIB no Brasil em 2009, e que os juros reais não podem ser inferiores a 10%, sob pena de liquidar com a poupança(!). O Banco Central funciona como um ente à parte, na contramão da política do governo Lula, a mídia aterroriza a população e uma parte do empresariado, com notícias sobre aspectos da crise, e previsões à farta dos lobistas de sempre e do PSDB e do Ex-PFL. Enquanto isso, parte da esquerda está tímida, passiva, dispersa, à espera das ações do governo e/ou do empresariado, para decidir se apóia ou se é contra.

Enquanto é possível antever um Brasil melhor a partir de 2010, a política segue rasteira, com ataques ao PAC e à ministra Dilma, e a montagem do quebra-cabeças baixaria para a disputa eleitoral ano que vem. Outra notícia boa é que o PT deverá lançar várias candidatas aos governos estaduais. Internamente, algumas candidaturas são definidas de acordo com as diretrizes presidenciais, e é possível supor que algo semelhante esteja ocorrendo na disputa do PED.

Nesse ritmo, pode-se esperar o pior da oposição (mídia, do empresariado reacionário e políticos de direita), que joga na esperança da economia voltar ao desastre que produziram, em 2002. Vai ser "guerra total", sob o comando do PSDB. O que é bom para abrir os olhos de petistas que consideram os dois partidos semelhantes e volta e meia advogam aliança entre eles.

Enquanto isso, o PT começa a se mexer para 2010. Conversas visando acordos, tudo muito lento, aparentemente sem se dar conta do que está em jogo na economia real e para a soberania do país, muito além da possibilidade de um terceiro mandato presidencial, dobrar a quantidade de governos estaduais (RS, SC, MT, RO, CE), e aumentar a representação nos legislativos federal e estaduais...

Para que isso se efetive, os estados precisam se mexer logo, a exemplo do que está fazendo o PT-SC: pesquisas estaduais, acerto interno para o governo, candidata competitiva e equipe petista com boa experiência em campanhas estaduais. Deve realizar nos próximos meses o levantamento da realidade e potencialidades do estado e do governo, preparação de candidatos e candidatas, novas pesquisas, elaboração das diretrizes do programa de governo, estruturação do trabalho para arrecadar recursos e tudo o mais que se deve fazer com antecedência, visando chegar em 2010 com chances reais de vitória. ★

*Milton Pomar é militante do PT SC

ERRATA A matéria publicada no página 13 de março, assinada por Claranda Barreiro, sobre "Direitos e visibilidade", deveria ter isso assinada também por Lara Coletti, da Direção estadual da Juventude do PT e por Noemi Maria, do Setorial estadual das Mulheres do PT

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), José Correia Neto(SE), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE), Geraldo Cândido (RJ), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Janete da Costa Godinho (SC), Jonas Valente (DF), Larissa Sousa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo (SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Pere Petit (PA), Rafael Pops (GO), Rafael Pinto (SP), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Saulo Campos (MG), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP)

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica**: Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Os desafios em 2009

*Flávio Loureiro**

Os efeitos da crise econômica e financeira, os seus desdobramentos políticos e sociais e a forma com que governo, o parlamento e a sociedade civil vão reagir em relação a ela, é que vão determinar o contexto em que vai se inserir a sucessão presidencial de 2010.

Portanto, em 2009, o PT deverá ao mesmo tempo dar sustentação política para que o governo Lula supere a crise através da defesa do emprego e da renda dos trabalhadores, e do aumento de investimentos nas áreas sociais e nas obras de infra-estrutura previstas no PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; e iniciar um processo de construção programática e de alianças políticas e sociais, para dar continuidade e radicalizar o processo de mudanças desencadeados no pais, a parir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002.

Com efeito, após a disputa de cinco eleições presidenciais, o PT dessa vez vai disputá-las sem Lula, o seu principal quadro político e a principal liderança popular do país.

Portanto, o partido deverá ter capacidade e iniciativa política para galvanizar as conquistas reais e simbólicas do governo Lula, o mais popular de toda a nossa história republicana, e estar forte e coeso, para não ficar refém de alianças que mais subtraem do que somam ao nosso projeto estratégico. A candidatura da ministra Dilma Roussef à Presidência da República pode cumprir esse papel, já que ela é expressão legítima desse processo de mudanças.

No Estado do Rio de Janeiro, o PT está atrelado ao tipo de aliança mencionado no parágrafo anterior. Tanto no apoio e participação no governo Sérgio Cabral, quanto no de Eduardo Paes (vale destacar que a AE-RJ deliberou posição contrária a participação do PT nesses dois governos), lideranças vinculadas ao PMDB, que participa da coalizão que governa o país. Em função do peso desproporcional entre os dos partidos no estado, além das históricas divergências políticas e metodológicas entre ambos, a permanência dessa relação tende a consolidar no PT a condição de linha auxiliar do PMDB.

A candidatura própria

Para dar conseqüência a essa análise política, que não se refere apenas a uma questão local, mas ao crescimento do PT em nível nacional, aumentando sua bancada na Câmara e no Senado, e sua influência no movimento social, para que ele não fique como agora refém das forças do atraso, é que desde já o partido deve se voltar para a construção de um projeto político, capaz de atrair alianças políticas e sociais, que se desdobre no lançamento de uma candidatura própria ao governo do Estado.

É fundamental também que o PT retome a sua trajetória de dirigente dos movimentos e lutas sociais no estado, e o protagonismo nos movimentos populares, de juventude e sindicais, para fortalecer as suas principais entidades, como a CUT, a UNE e o MST.

Mas em 2009 há outro fato político de relevo, para o PT em particular, que é o Processo de Eleições Diretas do PT, o PED, quando serão renovadas as direções nacional, estaduais, municipais e zonais do partido.

O PED terá incidência direta no programa e na tática política e eleitoral com quê o partido irá disputar as eleições presidenciais. Nesse sentido, não custa enfatiza a necessidade que tais posições tratadas nesse artigo estejam representadas no debate interno partidário e nas direções que dele resultarão.

A unidade da esquerda socialista

No bojo dessa perspectiva, é vital que a esquerda socialista do PT esteja unida, em função das duras tarefas que o partido terá pela frente, e do seu peso e importância política no interior do partido e dos movimentos sociais. E o desenho dessa união deverá desembocar numa candidatura a presidência e numa chapa única desse setor partidária, para a direção do Partido dos trabalhadores.

Algo que começa a ser construído com a realização da Conferência Nacional da Esquerda Socialista do PT, realizada nos dias 3, 4 e 5 de abril, em São Paulo, convocada pelas chapas "A Esperança é Vermelha" e "Militância Socialista" que disputaram o PED de 2007.

Vereador e presidente da Câmara Municipal de Mesquita, André Tafarel, candidato à presidência estadual do PT

No Estado do Rio de Janeiro, tal esforço também está sendo realizado, muito embora seja bastante difícil reproduzí-lo na mesma proporção e com as mesmas forças políticas que em nível nacional, devido a diferenças táticas e programáticas regionais, que serão mutuamente respeitadas na composição de chapas e candidaturas diferentes à presidência estadual do partido, mas que trabalharemos para que estejam unidas no mesmo esforço nacional.

Portanto, a tática da Articulação de Esquerda no Estado do Rio será a de apresentar uma chapa estadual atraindo aliados com os quais temos proximidade política, tática e metodológica acumuladas no último período, com o objetivo de ampliar o espaço da esquerda socialista do PT, o poder de decisão das instâncias, núcleos e setoriais, e contribuir para o desempenho da nossa chapa e candidatura a presidência nacional.do partido.

Para contribuir com essa tarefa a AE-RJ lançou a candidatura do vereador e presidente da Câmara Municipal de Mesquita, André Tafarel, à Presidência Estadual do Partido. Uma candidatura que tem sintonia com a esquerda socialista do PT, representatividade no partido, densidade política e social, e capacidade de ampliar o desempenho político eleitoral desse setor partidário. ★

***Flávio Loureiro** é militante do PT RJ

É fundamental também que o PT retome a sua trajetória de dirigente dos movimentos e lutas sociais no Rio de Janeiro, e o protagonismo nos movimentos populares, de juventude e sindicais, para fortalecer as suas principais entidades, como a CUT, a UNE e o MST. Mas em 2009 há outro fato político de relevo, para o PT em particular, que é o Processo de Eleições Diretas do PT, o PED, quando serão renovadas as direções nacional, estaduais, municipais e zonais do partido.

45 ANOS DO GOLPE DE ABRIL

*Caio N. de Toledo**

Há 45 anos – no dia em que o imaginário popular consagra como o "dia da mentira" – era rompida a legalidade democrática vigente no país desde a derrubada da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Hoje, no Brasil, poucos serão aqueles que cometerão o despropósito de propor algum tipo de comemoração pública desta infausta data. Felizmente, nestes dias, em instituições acadêmicas e entidades culturais e políticas, em sindicatos de trabalhadores, em alguns jornais e revistas da grande imprensa e em blogs de jornalistas independentes deverão ocorrer debates que examinarão criticamente os significados e os efeitos do movimento de abril de 1964 na história política e cultural recente do país. Certamente, nenhum veículo da grande mídia nacional ousará afirmar que o pós-1964 no Brasil – comparativamente às ditaduras militares sul-americanas ("mais cruéis", "mais sanguinárias" etc) – teria sido uma autêntica "ditabranda". Quem fez isso recentemente, se deu muito mal...

Golpe ou revolução? Àqueles que ainda insistem em denominar este movimento com a noção de "Revolução", deveríamos lembrar as palavras de um eminente protagonista daquele movimento. Em 1981, em celebrado depoimento, Ernesto Geisel declarou: "o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma idéia, em favor de uma doutrina". Para o vitorioso de 1964, o movimento se fez "contra Goulart", "contra a corrupção", "contra a baderna e a anarquia que destruíam o país". Estritamente falando, o ex-ditador reconheceu que o movimento liderado pelas Forças Armadas não era a favor da construção de algo novo no país; era, sim, um movimento contra um estado generalizado de coisas que "infelicitavam o povo e a nação brasileira"...

Pertinentes, pois rejeitam a noção de Revolução para caracterizar o 1º. de abril de 1964, as formulações do militar golpista, no entanto, podem ser objeto de uma outra leitura. Sendo assim, é possível – a partir de uma outra perspectiva teórica – ressignificar todos os "contras" presentes no depoimento do militar. Mais correto seria então afirmar que 1964 representou: (a) um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; (b) um movimento contra as reformas sociais e políticas e (c) uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores e o extenso e rico debate de idéias que se desenrolava de norte a sul do país.

Em síntese, no pré-1964, as classes dominantes e seus aparelhos ideológicos e repressivos – diante das iniciativas e reivindicações dos trabalhadores no campo e na cidade e de setores das camadas médias – apenas vislumbravam "crise de autoridade", "subversão da lei e da ordem", "quebra da disciplina e hierarquia" dentro das Forças Armadas e a "comunização" do país que, no limite, implicariam a "dissolução da família" e o "fim propriedade privada". Embora, por vezes, expressas numa linguagem "radical" – na "lei ou na marra", "morte aos gorilas" etc. –, as demandas por reformas sociais e políticas pretendiam, fundamentalmente, o alargamento da democracia política e a realização de mudanças no capitalismo brasileiro.

Não se pode, contudo, deixar de reconhecer que, em toda a história republicana brasileira, o golpe contra as frágeis instituições políticas se constituiu em permanente ameaça. O fantasma do golpe rondou, em especial, os governos democráticos no pós-1946 e, com maior intensidade, a partir dos anos 1960. Pode ser dito que o governo Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o espectro do golpe de Estado. Em abril de 1964, o golpe – permanentemente reivindicado por setores privilegiados da sociedade civil – foi, então, definitivamente vitorioso.

O golpe paralisou um rico e amplo debate político, ideológico e cultural que ocorria em órgãos governamentais, partidos políticos, associações e sindicatos de classe, entidades culturais, meios editoriais e de comunicação etc. Nos anos 1960, conservadores, liberais, nacionalistas, socialistas e comunistas formulavam publicamente suas propostas e se mobilizavam politicamente para defender seus projetos sociais e econômicos.

Se o governo Goulart e os setores progressistas tiveram alguma parcela de responsabilidade pelo agravamento da crise política no pré-1964, deve-se, contudo, enfatizar que quem planejou e desencadeou o golpe contra a democracia política foram as classes dominantes – apoiadas por setores médios e incentivadas por órgãos governamentais norte-americanos (Embaixada dos EUA, Departamento de Estado, Pentágono e outras agências de segurança) – e pela alta hierarquia das Forças Armadas brasileiras.

Destruindo as organizações políticas e reprimindo os movimentos sociais de esquerda e progressistas, o golpe foi saudado pelo conjunto do empresariado (industrial, rural, financeiro e investidores estrangeiros), pela alta cúpula da Igreja católica, pela grande imprensa etc. como uma autêntica "Revolução" – com a virtude maior de ter sido ela um movimento "pacífico" e "redentor". Aliviadas por não terem de se envolver militarmente no país, as autoridades norte-americanas congratularam-se com os militares e civis brasileiros pela "solução" que encontraram na superação da "crise política" enfrentada pelo país. A administração Lyndon Johnson (1963-1969) não pode senão festejar pois uma nova (e grandiosa) Cuba teria sido evitada ao sul do Equador...

Embora tivesse simpática acolhida nos meios populares e sindicais, o governo Goulart ruiu como um castelo de areia. Dois de seus principais pilares de apoio – como apregoavam os setores nacionalistas – mostraram

Presidente João Goulart (centro do palanque) em atividade com militares que depois lhe roubariam o poder

ser autênticas peças de ficção. De um lado, o propalado "dispositivo militar", comandado pelos chamados "generais do povo"; de outro, o chamado 4º. poder que seria representado pelo Comando Geral dos Trabalhadores. Ambos assistiram – sem qualquer reação significativa – a queda inglória de um governo a quem juravam fidelidade e o compromisso de defender, destemidamente, até com o sacrifício da vida...

Ao contrário do que afirmaram os "vencedores", as classes populares e trabalhadoras estiveram ausentes das chamadas "marchas em defesa da família e da propriedade" – promovidas por associações de mulheres católicas da alta burguesia e de setores médios – que, em algumas capitais do país, pediam ostensivamente a destituição de João Goulart. No entanto, as classes populares e os trabalhadores nada fizeram para evitar a derrubada de um governo que, a partir de fins de 1963, passou a defender de forma mais estridente as bandeiras do nacionalismo e das reformas sociais.

Por sua vez, as entidades políticas e os movimentos sociais – no campo e na cidade – que afirmavam representar os trabalhadores e os setores populares nenhuma gesto tiveram para se opor ou impedir o golpe que há muito tempo se anunciava no horizonte – nas conversas dos políticos, nas páginas dos jornais e revistas e nas passeatas de ruas. Desarmadas, desorganizadas e fragmentadas, as entidades progressistas e de esquerda – muitas delas caudatárias do governo Goulart – nenhuma resistência ofereceram à ação dos militares. Poucas semanas antes de abril, algumas lideranças de esquerda afirmavam que os golpistas – caso atrevessem quebrar a ordem constitucional – teriam as "cabeças cortadas". Tratava-se, pois, de uma rompante metáfora... Com a ação dos "vitoriosos de abril", esta expressão, no entanto, se tornou uma dura e cruel realidade para muitos homens e mulheres durante os longos 20 anos de ditadura militar.

45 anos depois, nada há, pois, a comemorar. Aos setores democráticos e progressistas ainda cabem inadiáveis tarefas na luta pela ampliação e fortalecimento da democracia política no país; passados 45 anos, impõe que se faça justiça às vítimas da ditadura militar e que a verdade sobre os fatos ocorridos no período de 1964 a 1985 seja plenamente conhecida por todo o povo brasileiro. ★

---

* **Caio Navarro de Toledo** é professor colaborador do IFCH, Unicamp. Autor de *O governo Goulart e o golpe de 1964*, Editora Brasiliense e *1964: visões críticas do golpe* (org.), Editora Unicamp.

Jornada de Formação avança nos estados

Licio Lobo, membro da DNAE

A Jornada Nacional de Formação da AE ganhou ritmo e avançou nos estados no mês de março, conforme já antevíamos na última edição do Página 13, numa demonstração de que é possível e mais do que nunca necessário reforçar o trabalho de construção orgânica da AE na perspectiva de reafirmar o nosso combate por um PT socialista, democrático e revolucionário.

Neste combate, o trabalho de formação política ocupa um papel central, ao lado da necessidade da construção dos nossos meios de comunicação, da ligação cada vez mais estreita com o movimento de massas em suas várias vertentes e da construção de uma perspectiva de ocupação de espaços institucionais colada a uma estratégia socialista. Sem isto, não haverá disputa possível dos rumos do PT.

A vitalidade dos debates da jornada demonstra a disposição da militância da AE de encarar estes desafios. Centenas de militantes vêm participando dos cursos e as direções estaduais dão início a um trabalho mais sistemático de formação política com a constituição de coletivos estaduais. Assim, pouco a pouco vamos acumulando na perspectiva de consolidação de um coletivo nacional de formação que dê conta de uma melhor sistematização e organização do nosso trabalho.

É importante que as direções estaduais liguem o trabalho de construção da jornada com a preparação da XI Conferência Nacional, incluindo o debate do texto base no roteiro dos cursos que devem ainda se realizar até o final de maio.

Seguem abaixo, por estado, noticias das atividades da jornada realizadas em março e daquelas já previstas para os próximos meses:

Mato Grosso do Sul: Nos dias 6 e 7 de março foi realizado o primeiro curso da jornada de formação no MS, com a participação de 49 militantes (sendo 7 do MT). Foi constituído o coletivo estadual de formação e debatidos os próximos passos para a continuidade da jornada nos municípios.

Sergipe: Nos dias 21 e 22 de março foi realizado o curso da jornada de formação na cidade de Aracaju, com a presença de 54 militantes de diversas áreas de atuação, com destaque para a militância sindical de várias categorias. A jornada deve prosseguir em abril com a realização de mais um curso.

Alagoas: Foram realizados mais dois cursos no mês de março, em São Sebastião – Lagoa da Canoa e Olho D'Água das Flores – Delmiro Gouveia. A jornada prossegue no mês de abril.

Amapá: Foi constituído o coletivo estadual de formação política. A jornada de formação está programada para desenvolver-se de final de março até início de maio, em Macapá.

Bahia: Estão programadas atividades da jornada voltadas à juventude da corrente e no processo de preparação da conferência estadual da AE-BA.

Paraná: No seminário da AE-PR realizado em 29/03, foram programadas etapas da jornada de formação em Curitiba, nos dias 26/04 e 17/05.

Rio Grande do Sul: Programados cursos da jornada de formação em Porto Alegre, com a primeira etapa no dia 25/04. Foram realizadas atividades de formação durante o mês de março em Gravataí e Viamão.

Minas Gerais: A jornada entrou na pauta da corrente e as datas dos cursos serão definidas no processo da conferência da juventude da AE-MG.

Espírito Santo: Foi constituído formalmente o coletivo estadual de formação política da AE-ES. O curso estadual da jornada de formação será realizado nos dias 1, 2 e 3 de maio.

Pernambuco: Foi realizada uma atividade de formação voltada à militância sindical no dia 14 de março, com a presença de 25 companheiras/os. A construção da jornada em moldes do roteiro proposto pela DNAE está na pauta.

Juventude: A Coordenação Nacional da Juventude da AE está construindo em conjunto com a DNAE um curso da jornada às vésperas da VII Conferência Nacional da Juventude da AE que será realizada em Salvador nos dias 25 e 26 de abril.

São Paulo: A jornada prossegue em abril com a realização de curso no Vale do Paraíba.

É de fundamental importância que as atividades de formação passem a fazer parte do cotidiano da nossa atividade política enquanto corrente. Sabemos que não se trata de uma tarefa fácil e que no mais das vezes será necessário nadar contra a corrente, mas é certo também que a cada momento de avaliação das atividades da jornada cresce a certeza de que é este o caminho que devemos trilhar com paciência e determinação.

A crítica da crítica ao "pacote"

Desde a Constituição de 1988 e o próprio Estatuto das Cidades remetem aos municípios a execução da política urbana, ou seja, não é competência do Governo Federal a implementação de boa parte das medidas que visam evitar esse padrão indesejável de cidades.

*Emílio Font**

Recentemente o Governo federal anunciou o lançamento de um "Pacote Habitacional" que prevê, entre outras medidas, o financiamento para construção de unidades habitacionais prioritariamente para famílias de baixa renda.

Desde então diversos movimentos, sindicatos, ONGs, profissionais e outros atores vinculados historicamente à luta pela moradia têm formulado uma série de críticas as medidas anunciadas.

O texto a seguir analisa a algumas destas críticas, que podem ser encontradas nas seguintes fontes: entrevista com Raquel Rolnik na revista Isto É de 16/03/2009; artigo "As armadilhas do Pacote Habitacional" por Raquel Rolnik e Kazuo Nakano, Le Monde Diplomatique Brasil, Março de 2009; manifesto "A Reforma Urbana e o Pacote Habitacional" de 13/03/2009 patrocinado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana e assinado por diversas entidades, disponível nos sites: www.forumreformaurbana.org.br e www.pt.org.br espaço de Moradia da Secretaria Nacional de Movimentos Populares.

Em alguns casos, trata-se de atores políticos que até recentemente ocupavam cargos de destaque no governo federal e/ou fazem parte da base de sustentação do Construindo Um Novo Brasil no interior do partido, ou seja, são setores diretamente responsáveis pela construção da atual conjuntura e condições sobre a qual está sendo lançado o Pacote Habitacional ao qual dirigem críticas.

Esse descolamento entre ação política pregressa e conseqüências atuais, se reflete inclusive nas próprias críticas efetuadas. De forma geral, assim como em outras políticas setoriais, as críticas parecem ignorar completamente a conjuntura política e mesmo a correlação de forças existentes, fruto em boa medida do que se fez ou deixou de fazer nos últimos seis anos de governo federal, mas cujas ações foram sustentadas por esses mesmos setores que agora criticam o Plano.

Importante ressaltar esse aspecto da conjuntura, pois ao lidarmos com a questão habitacional nos deparamos com uma questão muito mais complexa, que envolve o direito a propriedade do solo urbano, sobre o qual voltaremos mais adiante.

Uma das principais críticas está relacionada ao modelo de cidades que estaremos construindo ao simplesmente financiarmos a produção de unidades habitacionais. Corretamente ressalta-se a necessidade da adoção de uma série de mecanismos e ações que evitem, entre outros, o aprofundamento do "padrão periférico, precário e segregador de localização das moradias populares"; cita-se para tanto uma série de ações e principalmente a necessidade de implementação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, a possibilidade e necessidade de utilizar o aluguel social e requalificação de edificações vazias para fins habitacionais entre outros.

Pois bem, correto está, porém desde a Constituição de 1988 e o próprio Estatuto das Cidades remetem aos municípios a execução da política urbana, ou seja, não é competência do Governo Federal a implementação de boa parte das medidas que visam evitar esse padrão indesejável de cidades. Trata-se de uma crítica posta um tanto quanto fora de lugar com relação ao Governo Federal, uma vez que debita-se a ele responsabilidades que não lhe competem, aliás a ele cabe prioritariamente fazer o que está tentando fazer: oferecer recursos financeiros.

Cabe destacar que a aplicação dessas medidas, bem como a exigência de outras, tais como a existência de Planos Locais de Habitação de Interesse Social nos municípios, têm esbarrado na insuficiência de quadros técnicos locais.

Longe dos grandes centros, a ausência de profissionais capacitados para execução de tais medidas é assustadora. Trata-se de um dado que não pode ser ignorado e que demandará tempo para ser superado. Mesmo agora, antes do Pacote, são inúmeros os municípios e até estados que não conseguem elaborar projetos técnicos necessários para a utilização dos recursos disponíveis - diversos a fundo perdido – e/ou para captação de outros já disponíveis, que inclusive poderiam ser utilizados para consecução de políticas locais demandas pelos críticos do Pacote Habitacional. Mais uma vez trata-se de uma responsabilidade que não competem, pelo menos diretamente, ao Governo Federal.

Ainda com relação à implementação de políticas urbanas que evitem reforçar o padrão periférico, é necessário um breve co-

mentário: quando falamos em construção de moradias, falamos na necessidade de terra, de solo urbano. Com isso tocamos na pedra angular de uma sociedade capitalista, que é o respeito inabalável da propriedade privada; assim a implantação da cidade que queremos implica em determinados momento entrar em conflito com esse direito.

Muitos se apegam ao Estatuto das Cidades, na ingênua ilusão de que a existência de marcos legais sejam capazes, por si só, de garantir que esse conflito tenha um desfecho favorável às nossas políticas. Trata-se de uma fé absolutamente incompreensível na Lei e quiçá no Poder Judiciário. A verdade é que mesmo sob amparo da Lei, sua aplicabilidade só é possível sob determinadas circunstâncias e conjunturas políticas, que passam pela luta social, pela luta política partidária, ideológica entre outras; o problema é que não estamos em um período onde a luta social seja relativamente forte; e, do ponto de vista partidário e ideológico, não vivemos e não construímos o enfrentamento político necessário. Volta-se aqui à constatação de que a sustentação, no interior do partido, das políticas de "não confronto" por alguns dos setores que hoje criticam o Pacote Habitacional, contribuíram para a dificuldade que temos em implementar os mecanismos previstos no Estatuto das Cidades e mesmo para que façamos o embate sobre a função social da propriedade.

Um outro ponto central: a necessidade de que a construção das moradias esteja em sintonia com a política nacional de desenvolvimento urbano e articulada com o Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), que está sendo finalizado no âmbito no Conselho Nacional das Cidades, em conjunto com o Ministério das Cidades.

Pelas informações disponíveis há sim certa articulação, porém, mesmo que não houvesse, é o tipo de crítica que coloca o ideal acima do real. Vejamos, estamos no sexto ano de governo Lula, sendo que nos quatro primeiros anos a presença de companheiros do PT foi praticamente hegemônica nos órgãos relacionados às questões da Política Habitacional e Urbana, mas há ainda a necessidade de implementação e consolidação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social de forma a constituir um quadro, em tese permanente, que garanta a existência e consolidação de uma Política Habitacional.

Qual a situação atual: o Plano ainda não se encontra finalizado, a implementação do Sistema Nacional de Habitação caminha a passos lentos, principalmente pela ausência de quadros técnicos nos municípios e mesmo falta de vontade política dos mandatários municipais; ou seja, a constituição do quadro ideal demandará ainda pelo menos 1 ou 2 anos, data a partir da qual deveríamos iniciar a alocação de recursos para construção de unidades habitacionais.

Por alguma razão que desconheço, ignora-se que estamos há pouco mais de um ano e meio das eleições de 2010, na qual teremos uma dura batalha para eleger nossa candidata a presidente, ou seja, a perspectiva de "adiar" esse pacote ignora a necessidade real que temos de reeleger o PT em 2010, ignora-se a conjuntura econômica e a necessidade imediata de impulsionar a economia e a geração de empregos, o que se constitui também em um dos objetivos do Pacote Habitacional.

Em resposta há aqueles que, mais uma vez calcados na ilusão do marco regulatório legal, afirmam que em priorizando a implantação do Plano e do Sistema, estaríamos em certa medida garantindo o futuro da Política Habitacional de Interesse Social, independente de quem seja eleito em 2010. Ledo e enorme engano, pois não há lei ou política setorial que resista às vontades políticas do governo da situação, principalmente quando se trata de interesses populares, ou seja: ou agimos imediatamente, ou corremos o risco de nada fazer para combater o déficit habitacional de famílias de baixa renda.

Já com relação ao modelo de financiamento que está sendo proposto, há duas críticas centrais: uma que defende, corretamente, que os recursos deveriam ser oriundos majoritariamente do orçamento e não através de financiamento; e outra que equivocadamente compara o que está sendo proposto com o modelo hipotecário existente nos EUA.

A lógica do pacote brasileiro é mais ou menos a seguinte: o Estado não tem o volume de recursos necessários para implantar as milhares de habitações propostas (não tem, inclusive, por culpa da política econômica defendida por alguns dos atuais críticos no interior do Partido, mais a queda sensível na arrecadação). Por isto, busca-se dinheiro onde sobra: no sistema financeiro. E de que forma? Financiando à juros quase subsidiados a construção de novas unidades, de tal forma que a prestação oscile em valores acessíveis para a população que ganha até 6 salários mínimos. Claro, mais uma vez parte dos recursos será apropriado pelo capital privado através de suas construtoras, mas não vejo outro modelo (a curto prazo, nas atuais condições etc) que prescinda dessas construtoras, seja em que modelo que for.

Já a comparação com o padrão norte-americano não procede. A diferença é que lá as habitações viraram papel de hipotecas e esses papéis se tornaram objetos de especulação, inclusive com pouca relação com o valor de mercado do próprio imóvel. Aqui, o que poderá ocorrer é a especulação do bem imóvel e não de um valor hipotético representado por algum tipo de papel, ou seja, o pacote nacional não se propõe a transformar a habitação em algum tipo de ativo financeiro capaz de ser negociado, trata-se de financiamento.

Curiosamente, por uma ironia cruel, as chances de paralisação de um empreendimento que esteja em andamento no momento de uma transição de governo são muito menores caso o mesmo seja patrocinado por recursos oriundos do sistema financeiro e muito maiores caso dependam de recursos orçamentários; isso porque, em que pese os avanços, todos os cenários políticos indicam que qualquer que seja o governo eleito em 2010 ainda o será sobre a hegemonia do pensamento do "não rompimento de contratos", aplicável é claro somente ao setor financeiro e não as demandas populares.

Em suma, a questão central não é combater, ignorar ou relevar os Projetos, Planos e Sistemas - construídos e em construção através de anos de processo de reflexão e participação; e nem sequer ignorar todas as críticas e sugestões, muitas delas pertinentes e outras não; a questão central é que, neste momento, a conjuntura econômica e política exige a adoção de medidas que priorizem o enfrentamento dos efeitos da crise econômica e que auxiliem na construção de um quadro o mais favorável possível à candidatura do campo popular em 2010, através do incentivo à retomada das atividades econômicas e geração de emprego, e mesmo através da implementação de ações imediatas de impacto popular que ampliem nossa base social e eleitoral. Sem isso, corremos o risco a partir de 2011 não termos nenhuma Política Habitacional de Interesse Social, seja ela ideal ou possível frente ao real. ★

***Emilio Font** é arquiteto e urbanista. Milita no PT do Espírito Santo

JUVENTUDE

VII Conferência Nacional

*Rodrigo César**

O principal legado deixado pelo I Congresso da JPT foi iniciar um período de transição na juventude do partido. Nele está aberta a possibilidade de travar um debate estratégico sobre o papel da juventude para o partido e para a disputa política e ideológica na sociedade.

Este primeiro congresso não encerrou as discussões. Pelo contrário, demonstrou que há ainda muito a definir no que se refere à concepção de juventude partidária, à uma política de partido para a juventude, à relação do partido com a juventude e à relação entre partido e movimento. Portanto, além de aplicar as resoluções do I ConJPT – tarefa que por si só exige esforço redobrado –, teremos o desafio de preencher as lacunas deixadas.

Três são os desafios principais da juventude da Articulação de Esquerda neste período de transição da JPT:

a) formulação estratégica: no último ano a juventude da AE foi capaz de sistematizar um acúmulo histórico produzido pelas gerações anteriores, adicionando novas contribuições e apresentando ao partido uma proposta de conjunto para a JPT. Para formular uma estratégia para conduzir esta transição teremos de responder à seguinte pergunta: como construir uma juventude militante de massas dentro de um partido eleitoral de massas?

b) organização: para construir a JPT e transformá-la do modo como pretendemos será necessário nos adequar a este modelo almejado. Ou seja, ser o espelho daquilo que queremos para a juventude do PT. Sem esta compreensão, não teremos condições nem mesmo de acompanhar a dinâmica da JPT, que dirá dirigi-la e construir uma nova hegemonia;

c)transição interna: estamos também em um período de transição interna na juventude da corrente, com dois enfoques: 1) renovação de geração da juventude da AE, que abrange desde sua coordenação nacional até os municípios e militantes de base; 2) transição política, em que estamos sendo chamados a reestruturas nossa intervenção para um patamar muito superior, havendo a necessidade de acompanhar diversas esferas de intervenção da juventude organizada (partido, movimentos, governos, parlamento etc.).

A VII Conferência Nacional da Juventude da AE, a ser realizada nos dias 25 e 26 de abril, em Salvador, tem, portanto, os seguintes objetivos centrais: a) orientar estrategicamente nossa atuação; b) organizar os militantes da juventude da AE nos diversos movimentos e apresentar orientações políticas para cada um dos setores; c) organizar nossa militância em níveis estadual e municipal; d) consolidar as direções em nível nacional, estaduais e municipais; e) aprovar resoluções que sintetizem nosso acúmulo histórico para socializar com nossa base partidária e social e f) preparar a AE para conduzir ambas as esferas de nossa transição interna. ★

***Rodrigo Cesar** é coordenador de relações internacionais da JPT

SINDICAL

VI Conferência em Recife

*Expedito Solaney**

O setorial sindical da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores, realizará sua VI Conferência Nacional Sindical no período de 3 a 5 de abril de 2009, em Recife-PE. Para debater a seguinte pauta: a) conjuntura internacional e nacional;

b)movimento sindical, PT e governo Lula; c) balanço, concepção e organização do setorial sindical da AE d) 10º CONCUT; e) eleição da nova Coordenação Nacional Sindical da AE.

As resoluções da VI Conferência Sindical serão submetidas à aprovação da XI Conferência Nacional da AE que ocorre no mês de Maio 2009.

Decisões sobre a tática para o 10º CONCUT e outras de aplicação imediata, devem ser referendadas pela Direção Nacional da AE.

No 9º CONCUT apresentamos um documento intitulado "Retomar a combatividade da CUT para derrotar o neoliberalismo". Neste documento reafirmávamos a importância de se defender a unidade da classe trabalhadora em torno da CUT, ao mesmo tempo em que criticávamos os rumos tomados pela Central nos últimos anos — que a conduziram para posições de baixo perfil de enfrentamento ao capital —, a prevalência da "negociação" sobre a "mobilização", bem como a postura da Central frente ao governo, funcionando esta como uma espécie de "correia de transmissão" dos atos governamentais.

Naquele Congresso, além de divulgarmos nossas teses, reafirmando a identidade da AE no meio sindical, reconquistamos nossa vaga na Executiva da entidade, o que nos permitiu acompanhar e intervir nos caminhos e opções políticas adotadas pela Central única dos Trabalhadores.

Tanto a nossa conferencia Sindical quanto o 10º CONCUT vão ocorrer numa conjuntura totalmente adversa, com o efeito da crise do capitalismo vindo de forma avassaladora para cima da classe trabalhadora, a que vai exigir muito mais firmeza e convicção para luta. No nosso país mais de 800 mil postos de trabalho já foram fechados desde o inicio do ano 2009. A reafirmação das nossas concepção que o sindicatos e a CUT são ferramentas de luta, e nesta conjuntura devem estar a serviço da luta, para que os trabalhadores não paguem pela crise, criada pela patrão. A classe trabalhadora é quem produz toda a riqueza da sociedade, é quem produz e reproduz o capital. É por isso que ela sendo bem dirigida pode paralisar o centro de produção da vida do capitalismo, acabar com o capital e transformar a propriedade privada em propriedade coletiva. A crise que assola o mundo é estrutural do capitalismo, da superprodução, da financeirização. Esta crise pode se fechar para o bem ou para o mau.

Pode fechar para o bem se tivermos capacidade de mobilização e luta para superação do capitalismo; para o meu é deixarmos o capitalismo se reorganizar e manter seu satatus cu, desferindo um grande derrota na classe trabalhadore, no povo em geral e suas organizações. Nossa tarefa é muito grande, de imensa responsabilidade, é nesta conjuntura que realizamos nossa VI conferencia Sindical Nacional. ★

***Expedito Solaney,** executiva nacional da CUT